

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – CPCJ**  
**CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – PMCJ**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO**

**JURIDICIDADE E SUSTENTABILIDADE  
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
NA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA**

**RENATO RODRIGUES DA SILVA**

**Itajaí, agosto de 2011**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – CPCJ**  
**CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – PMCJ**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO**

**JURIDICIDADE E SUSTENTABILIDADE  
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
NA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA**

**RENATO RODRIGUES DA SILVA**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciência Jurídica.

**Orientador: Professor Doutor Osvaldo Agripino de Castro Júnior**

**Itajaí, agosto de 2011**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>XIV</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>23</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>29</b>
<b>QUESTÕES INTRODUTÓRIAS: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>1.1 CONCEITOS.....</b>	<b>29</b>
<b>1.1.1 Administração Portuária.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1.2 Atividade <i>offshore</i>.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1.3 Agenda Ambiental Portuária .....</b>	<b>30</b>
<b>1.1.4 Amazônia Azul.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1.5 Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.....</b>	<b>31</b>
<b>1.1.6 Consciência Marítima .....</b>	<b>32</b>
<b>1.1.7 Conselho Nacional de Meio Ambiente .....</b>	<b>32</b>
<b>1.1.8 Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte .....</b>	<b>32</b>
<b>1.1.9 Direito Ambiental .....</b>	<b>33</b>
<b>1.1.10 Direito Ambiental Internacional .....</b>	<b>33</b>
<b>1.1.11 Direito Constitucional Ambiental Brasileiro .....</b>	<b>33</b>
<b>1.1.12 Direito e Desenvolvimento .....</b>	<b>34</b>
<b>1.1.13 Direito Marítimo .....</b>	<b>35</b>
<b>1.1.14 Direito do Mar .....</b>	<b>35</b>

1.1.15 Direito da Navegação Marítima .....	36
1.1.16 Direito Portuário .....	36
1.1.17 Direito Regulatório do Transporte Aquaviário da Atividade Portuária	37
1.1.18 Estaleiro .....	38
1.1.19 Estudos Ambientais.....	38
1.1.20 Hidrovia Interior .....	38
1.1.21 Indústria Naval .....	38
1.1.22 Infraestrutura Portuária .....	39
1.1.23 Meio Ambiente.....	39
1.1.24 Poder Marítimo .....	39
1.1.25 Poluição Marinha .....	40
1.1.26 Regra de Conexão.....	40
1.1.27 Plataforma.....	40
1.1.28 Transporte por Dutos.....	41
1.1.29 Zona Costeira .....	41
1.1.30 Zona Contígua .....	42
1.1.31 Zona Econômica Exclusiva .....	42
1.2.1 Direito Ambiental e Direito Portuário como ramos do Direito integradas pelos princípios aplicados na infraestrutura portuária .....	46
1.2.2 Princípios do Direito Ambiental na pluralidade jurídica .....	49
1.2.3 Princípio (teoria) do Desenvolvimento Sustentável.....	51
1.2.4 Princípio da Equidade Intergeracional e os Direitos das Futuras Gerações.....	54
1.2.5 Princípios da Informação, da Participação e da Cooperação .....	55
1.2.6 Princípios da Precaução, da Prevenção e do Poluidor Pagador .....	60
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>70</b>
<b>O INSTITUTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....</b>	<b>70</b>

<b>2.1 ASPECTOS DOUTRINÁRIOS: OBJETO, ORIGEM E EVOLUÇÃO</b> .....	<b>70</b>
<b>2.1.1 Da Gestão Ambiental Internacional</b> .....	<b>74</b>
<b>2.1.2 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo – 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992</b> .....	<b>76</b>
<b>2.1.3 Aspectos Legais</b> .....	<b>83</b>
<b>2.1.4 Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA</b> .....	<b>87</b>
<b>2.1.5 Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA</b> .....	<b>88</b>
<b>2.1.6 Estudo (Prévio) de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA</b> .....	<b>90</b>
<b>2.1.7 Da Constitucionalização Ambiental</b> .....	<b>91</b>
<b>2.1.8 Questões controversas sobre a natureza jurídica do Instituto: Licença Ambiental ou Autorização Ambiental</b> .....	<b>93</b>
<b>2.1.9 Questões controversas sobre a definição da competência para o Licenciamento Ambiental</b> .....	<b>99</b>
<b>2.1.10 Principais legislações conexas com o Direito Ambiental e Portuário</b> .....	<b>105</b>
<b>2.1.11 Aspectos Jurisprudenciais</b> .....	<b>113</b>
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>121</b>

## **LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA INFRAESTRUTURA**

<b>PORTUÁRIA</b> .....	<b>121</b>
<b>3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LONGO PRAZO: PLANOS DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC 1 E PAC 2)</b> 121	
<b>3.1.1 Dos gargalos logísticos na Infraestrutura Portuária</b> .....	<b>123</b>
<b>3.1.2 Da Balança Comercial: Importação e Exportação pela infraestrutura Marítima e Portuária</b> .....	<b>124</b>
<b>3.1.3 Complexo Portuário do Itajaí</b> .....	<b>126</b>
<b>3.1.4 Desafios da infraestrutura portuária</b> .....	<b>129</b>
<b>3.1.5 O Instituto de Licenciamento Ambiental e os diversos arranjos Governamentais</b> .....	<b>132</b>

3.1.6 Dos impactos ambientais da atividade portuária .....	133
3.1.7 Impactos potenciais ou efetivos causados pela atividade portuária ..	134
3.1.8 Aspectos legais do licenciamento ambiental na atividade portuária ..	135
3.1.9 O processo de licenciamento .....	137
3.1.10 Principais dispositivos de controle ambiental necessários ao licenciamento .....	139
3.2 SETE (7) CASOS EM DESTAQUE .....	141
3.2.1 Análise 1: IBAMA interdita portos por falta de licença ambiental (2010) .....	142
3.2.2 Análise 2: Antaq dá ultimato para portos clandestinos se regularizarem (2011).....	145
3.2.3 Análise 3: Inexistência de licença ambiental para operar os Portos Públicos (2011).....	146
3.2.4 Análise 4: Licença Ambiental para Estaleiro causa discórdia entre órgãos competentes (2010).....	148
3.2.5 Análise 5: Estaleiro alagoano é excluído de licitação da Petrobras(2011) .....	150
3.2.6 Análise 6: Estaleiro Aker Promar Navegantes/SC (2004) .....	153
3.2.7 Análise 7: Estaleiro XXX Navegantes/SC .....	154
3.3 CONCLUSÕES SOBRE OS SETE (7) CASOS ESTUDADOS .....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS.....	173

## RESUMO

A presente dissertação decorre de atividade da Linha de Pesquisa “Constitucionalismo e Produção do Direito,” através do Grupo de Pesquisa “Regulação da Infraestrutura e Juridicidade da Atividade Portuária.” O objetivo geral da pesquisa é contribuir para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura portuária (portos, construção naval, hidrovia interior, petróleo e gás), por meio do estudo dos principais aspectos jurídicos que envolvem o licenciamento ambiental portuário. A hipótese é se o estudo dos principais aspectos da juridicidade (produção, interpretação e aplicação do direito) do licenciamento ambiental contribui com a redução da insegurança jurídica que aflige a infraestrutura portuária e, por sua vez, com o aumento da sustentabilidade. A pesquisa se justifica em face da grande quantidade de conflitos envolvendo as competências no licenciamento ambiental portuário, o que tem provocado uma crescente judicialização deste instituto. Estes problemas inibem investimentos necessários (globais) de suma importância para a modernização da complexa infraestrutura portuária, que interage e integra as diversas matrizes de transportes no País. Para alcançar o seu objetivo, a pesquisa é dividida em três capítulos. O Capítulo 1 discorre sobre o problema, a hipótese, a metodologia, objetivo geral e específico, conceitos operacionais, referencial teórico, princípios e metodologia, bem como acerca dos principais elementos (doutrina, legislação e jurisprudência). O Capítulo 2 aborda o instituto do licenciamento ambiental e analisa os principais elementos jurídicos que envolvem o tema. Por fim, o Capítulo 3, pretende aliar a teoria à prática por meio de análises de casos sobre o instituto do licenciamento ambiental na infraestrutura portuária. Na sequência, são feitas as considerações finais, com sugestões para aperfeiçoar a efetividade do licenciamento ambiental portuário.

**PALAVRAS CHAVE:** Sustentabilidade - Licenciamento Ambiental Portuário - Segurança Jurídica.